

# Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”<sup>1</sup>

Cimar Alejandro Prieto Aparicio<sup>2</sup>

Elisabete Dória Bilac<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho insere-se nos estudos empíricos sobre demografia da família e apresenta uma análise da relação família-pobreza aplicada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e à Pesquisa de Condições de Vida (PCV).

O objetivo geral é verificar como o estudo da organização domiciliar pode ser integrado a uma análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. Argumenta-se que a pobreza envolve um conjunto de privações de capacidades vivenciadas em um contexto familiar e domiciliar, sendo que o arranjo domiciliar constitui a unidade de análise.

De modo específico, são discutidos os conceitos de família e domicílio e a sua operacionalização na PNAD e na PCV de 2006. Assim, desenvolve-se uma comparação metodológica dos planos de amostragem e dos efeitos de diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio sobre a estimativa de arranjos domiciliares para o Estado de São Paulo (Brasil).

Os resultados da análise da pobreza evidenciam a existência de privações de capacidades associadas a determinadas formas de organização dos arranjos domiciliares, em ambas as pesquisas. Confirma-se a sobre-representação de arranjos com crianças e adolescentes, pessoas de referência jovens e pessoas portadoras de necessidades especiais entre os arranjos domiciliares pobres.

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012.

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos de População - NEPO/IFCH/UNICAMP cimar.aparicio@gmail.com

<sup>3</sup> Núcleo de Estudos de População - NEPO/IFCH/UNICAMP ebilac@nepo.unicamp.br

# Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”

Cimar Alejandro Prieto Aparicio

Elisabete Dória Bilac

## 1. Introdução

Em um contexto de novas concepções na temática da pobreza, percebe-se no Brasil que os programas sociais de combate à desigualdade ainda adotam métodos de avaliação da pobreza muito relacionados à questão da insuficiência de renda. Alguns dos principais programas governamentais utilizam o rendimento familiar *per capita* como critério de seleção de beneficiários (BRASIL, 2011).

Contudo, constata-se nas últimas décadas um reconhecimento cada vez maior nos meios científicos de que a pobreza não pode ser avaliada somente em termos de privação de renda, pois seria um *processo* de caráter multidimensional, isto é, um fenômeno social com múltiplas facetas e determinantes estruturais e conjunturais. Assim, foram feitas críticas aos indicadores convencionais de pobreza e propostos novos instrumentos de mensuração (FUNDAÇÃO SEADE, 1992).

Entre outras linhas de entendimento da pobreza na literatura econômica, podem ser ressaltadas a perspectiva da insuficiência de renda, a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas (NBI) e a “perspectiva das capacidades” (*capabilities*).

Segundo Sen (2000), as abordagens da pobreza como privação de renda ou de NBI enfatizam a questão do bem-estar individual ou social, mas não a “condição de agente” (*agency aspect*), que compreenderia a liberdade que uma pessoa tem para promover seus objetivos e escolher um estilo de vida valorizado de modo racional.

O reconhecimento da condição de agente da pessoa é fundamental para as concepções de desenvolvimento e pobreza de Sen (2000). Desse modo, a “perspectiva das capacidades” considera que o desenvolvimento consiste no processo de expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. As capacidades (*capabilities*) de uma pessoa significam as liberdades substantivas individuais para promover seus objetivos e escolher um estilo de vida que valoriza com razão. Em tal perspectiva, a pobreza é vista como privação de capacidades (SEN, 2000).

A posse de recursos econômicos conforme a “perspectiva das capacidades” é relevante porque constitui um *meio* para expandir as capacidades das pessoas, e não um *fim* em si mesmo. O exercício da condição de agente depende também de outros fatores

não econômicos, tais como o acesso a serviços públicos de educação e saúde, os programas de proteção social e as liberdades políticas. Assim, a análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” concentra-se no exame das privações de capacidades intrinsecamente importantes para as pessoas, independentemente de seus efeitos sobre o crescimento econômico (SEN, 2000).

Um elemento relevante desta análise da pobreza é a temática das famílias, visto que tal fenômeno é vivenciado em um contexto familiar. Os estudos empíricos de demografia da família mostram que a maior parte dos arranjos domiciliares no Brasil é constituída por grupos de pessoas com relações de parentesco (GOLDANI, 2004).

Em uma família pode existir uma série de desigualdades relacionadas à conversão da renda em bem-estar e liberdade para seus membros. A distribuição intrafamiliar da renda e a divisão sexual do trabalho doméstico são estritamente vinculadas às relações de gênero dentro dos arranjos domiciliares (SEN, 2000).

As famílias constituem uma importante unidade de análise nas medições da pobreza, o que pode ser observado em diversas metodologias de linha de pobreza (JANNUZZI, 2001). Além disso, os arranjos familiares e as redes de parentesco têm um papel relevante para a provisão de renda e de bem-estar para seus membros, constituindo um instrumento de proteção social (MEDEIROS, 2000).

Nas economias capitalistas, as pessoas obtêm bens e serviços no mercado por meio da renda, cuja fonte principal é a remuneração do trabalho. Em situações de desemprego, a renda disponível pode não ser suficiente para o atendimento das necessidades humanas, de forma que os indivíduos recorrem a duas instituições que moldam os sistemas de solidariedade: o Estado e a família (MEDEIROS, 2000).

Por um lado, as famílias promovem uma série de atividades ou funções domésticas que garantem os serviços de cuidado das pessoas, tais como a preparação das refeições, os cuidados com a saúde e o descanso dos moradores (BENDER, 1967). Por outro lado, o Estado pode construir um sistema de seguridade social que garanta um nível mínimo de assistência social, especialmente quando a ajuda familiar não consegue cobrir os riscos decorrentes de mudanças na configuração do mercado de trabalho (MEDEIROS, 2000).

A relevância das famílias para a proteção social é reconhecida pelo Estado no Brasil. Os arranjos familiares constituem um grupo-alvo da política social a partir da Constituição de 1988. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 estabelece

a centralidade da família para concepção dos programas sociais (MONTALI; TAVARES, 2008).

Em relação à composição domiciliar no Brasil, os estudos empíricos elaborados com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que a família nuclear é o arranjo domiciliar mais freqüente, mas existe uma maior ocorrência de outros arranjos desde a década de 1970 (IPEA, 2010b). O conceito de família nuclear corresponde ao arranjo formado por pai, mãe e filhos residentes em um domicílio (GOLDANI, 2004).

Conforme IPEA (2010b), os arranjos com casal e filhos são os predominantes no país, mas a sua participação reduz-se de 62,8% em 1992 para a metade em 2009. Em contrapartida, a PNAD mostra uma proporção crescente de domicílios formados por mãe e filhos, que passam de 12,3% em 1992 para mais de 15,4% do total de arranjos domiciliares em 2009. Nota-se também um maior peso para os casais sem filhos e para os unipessoais nesse período (IPEA, 2010b).

Entre 1992 e 2009, observa-se uma maior presença dos arranjos ampliados na população brasileira, tanto os arranjos monoparentais quanto os biparentais com parentes (IPEA, 2010b). Por um lado, os novos padrões de casamentos, divórcios e recasamentos – associados a mudanças na legislação civil – tendem a ampliar os limites dos grupos de parentesco de forma a incluir novos membros (GOLDANI, 1993). Por outro lado, os processos de ampliação e contração dos arranjos domiciliares parecem constituir estratégias familiares que respondem a constrangimentos cambiantes de várias ordens – demográfica, social, cultural e econômica (BILAC, 2003).

A cooperação econômica dos membros do domicílio seria um dos principais instrumentos de proteção social para as pessoas pobres (MEDEIROS, 2000). Além disso, políticas públicas de apoio à família pouco efetivas – tais como a transferência de renda ou os programas de apoio ao cuidado de idosos ou das crianças – podem estimular a formação de arranjos com estrutura familiar complexa, visto que as redes de parentesco podem fornecer serviços de cuidado (BILAC, 2003). Assim, a incorporação de parentes observada nos domicílios pobres pode estar associada à manutenção das funções domésticas.

Um exemplo de estrutura familiar complexa seria a presença de núcleos aparentados em um domicílio. Nessa situação, o domicílio possui uma “família principal” ou a família do chefe do domicílio, constituída por casal e filhos, e uma “família adicional” –

formada por casal, casal e filhos ou chefe e filhos – que é chefiada por um dos filhos do chefe e/ou do cônjuge do domicílio (BILAC, 2003).

Os arranjos formados por chefe e filhos podem constituir um grupo isolado ou uma estrutura familiar complexa quando se incorporam a um domicílio de parentes ou quando atraem outros parentes. Uma situação de ampliação pode ocorrer nos arranjos monoparentais de chefia feminina com crianças sem acesso a uma escola pública de educação infantil. Nessa situação, a presença de um parente que possa cuidar das crianças permite que a mulher chefe do domicílio adquira um trabalho remunerado fora de casa (BILAC, 2003).

Assim, a formação das estruturas familiares complexas entre os domicílios pobres estaria relacionada a baixos níveis de renda domiciliar que levam ao compartilhamento das despesas com habitação e funções domésticas por meio da associação de núcleos aparentados.

Um estudo da população urbana da região Sudeste com dados da PNAD para a década de 1990 aponta que os arranjos domiciliares formados por “famílias conviventes” envolvem basicamente famílias adicionais que possuem relação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio. Nessa região, verifica-se que a maior parte das famílias adicionais compreende núcleos reprodutivos aparentados com arranjos monoparentais, em primeiro lugar, e biparentais, em segundo lugar. Em termos sociológicos, tais resultados sugerem que, na maioria dos casos, os domicílios com mais de uma família seriam, na verdade, uma única família ampliada e de estrutura mais complexa (BILAC, 2003).

Goldani (2004) considera que os arranjos domiciliares com maior exposição à pobreza seriam aqueles com filhos, que estariam em sua fase de expansão quanto ao ciclo de vida, isto é, com chefes e/ou cônjuges jovens e filhos menores de 14 anos. Dadas as heterogeneidades pessoais presentes nesses arranjos, os serviços de cuidado dos filhos demandariam maior quantidade de recursos econômicos para a manutenção das funções domésticas. No entanto, os membros dos arranjos domiciliares pobres possuem sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho – com maiores proporções de pessoas desempregadas ou com ocupações precárias e menores níveis de rendimento domiciliar *per capita* médio – devido, de modo particular, ao menor grau de escolaridade (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003), o que dificulta o atendimento dos serviços de cuidado. Além disso, as taxas de desemprego tendem a ser mais elevadas para a população jovem (FUNDAÇÃO SEADE, 2007), o que pode ampliar a

vulnerabilidade à pobreza de arranjos domiciliares com chefe e/ou cônjuge jovem sem acesso a um sistema de proteção social.

Nas décadas de 1990 e 2000, a reestruturação produtiva da economia brasileira teve efeito especialmente sobre alguns tipos de arranjos domiciliares, que seriam mais vulneráveis ao empobrecimento por apresentar uma composição familiar desfavorável para a inserção dos seus componentes no mercado de trabalho (MONTALI; TAVARES, 2008).

Segundo informações da PNAD para as regiões metropolitanas brasileiras, em 2004 e 2006 verifica-se que os casais com filhos e/ou parentes em fase de expansão e consolidação e os arranjos chefiados por mulheres (sem cônjuge) com filhos e/ou parentes mostram-se os arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento, porque registram os menores níveis de renda domiciliar *per capita* média, as mais elevadas concentrações entre os decis inferiores de renda e as menores taxas de geração de renda, ou seja, a proporção de componentes que contribuem para a renda domiciliar total (MONTALI; TAVARES, 2008).

Com a recuperação da economia brasileira, houve certa elevação do nível de emprego e, particularmente, do emprego formal entre 2004 e 2006, mas com pequena recuperação na renda dos ocupados (MONTALI; TAVARES, 2008).

Entre os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento, a menor taxa de geração de renda foi registrada para os arranjos formados por casal com idade de até 34 anos com filhos e/ou parentes. Em seguida, aparecem os arranjos formados por casal entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes. A maior taxa de geração de renda foi a dos arranjos monoparentais femininos, o que evidencia o empenho desse arranjo – principalmente da pessoa de referência – para a provisão domiciliar (MONTALI; TAVARES, 2008).

Alguns estudos apontam que o processo de envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida, em conjunto com a recente expansão da proteção social e da cobertura previdenciária, tiveram efeitos favoráveis sobre a distribuição de renda no Brasil, particularmente para os domicílios com pessoas idosas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; GOLDANI, 2004; IPEA, 2009).

Na década de 2000, observa-se uma considerável ampliação da cobertura previdenciária e dos programas de assistência social, em particular aqueles voltados para a transferência condicionada de renda, o que teria sido fundamental para a recente redução da concentração de renda no país (IPEA, 2009).

Com efeito, constata-se uma crescente contribuição dos idosos para a provisão da renda domiciliar na década de 2000, em especial nos arranjos domiciliares pobres (IPEA, 2010b). Não somente há uma maior participação da renda de pensões e aposentadorias, mas também os idosos assumem o papel de provedor com a renda derivada de sua participação no mercado de trabalho. Em muitos casos, a formação de arranjos ampliados estaria relacionada à presença de filhos ou netos desempregados que contam com a ajuda financeira das pessoas idosas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; GOLDANI, 2004; IPEA, 2010b).

Portanto, a relação família-pobreza possui diversas facetas em termos da composição dos arranjos domiciliares, do ciclo de vida familiar, da presença de pessoas dependentes (isto é, aquelas pessoas fora do mercado de trabalho pela idade, por motivo de doença ou porque são portadoras de necessidades especiais), da faixa etária dos responsáveis pelo domicílio e da existência de redes sociais de solidariedade.

Em um contexto de políticas de apoio à família pouco efetivas no país (BARTHOLO, 2009), a cooperação econômica dos membros do domicílio torna-se um dos principais instrumentos de proteção social e sua existência teria efeitos sobre o bem-estar e as capacidades das pessoas pobres.

Nesse sentido, este trabalho discute uma metodologia de estudo da relação entre família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Condições de Vida (PCV). Estes levantamentos domiciliares são caracterizados por um amplo escopo de temas e variáveis que permitiriam uma análise da pobreza conforme a perspectiva discutida.

O trabalho inclui quatro seções além desta introdução. A segunda seção discute uma metodologia de estudo da organização domiciliar, em que se avaliam os conceitos de família e domicílio e a sua operacionalização na PNAD e na PCV. A terceira seção descreve os resultados do estudo da relação família-pobreza em termos da organização dos arranjos domiciliares pobres no Estado de São Paulo em 2006. A última seção apresenta as considerações finais.

## **2. O estudo da organização domiciliar na PNAD e na PCV**

O estudo da relação entre família e pobreza torna necessário conhecer as possibilidades de análise demográfica da organização dos arranjos domiciliares na PNAD e na PCV. Inicialmente, verifica-se como ocorre a identificação das famílias e

das relações de parentesco em um arranjo domiciliar na PNAD e na PCV. Em seguida, apresenta-se uma comparação metodológica dos resultados de quantificação dos arranjos domiciliares com a adoção de uma classificação domiciliar.

## **2.1 Identificação das famílias em um arranjo domiciliar**

Os dicionários de variáveis da PNAD e da PCV apresentam definições específicas de domicílio e família e a operacionalização desses conceitos resulta em formas distintas de contagem das famílias em um domicílio (BILAC, 2003). Essa temática é aqui considerada a fim de compreender melhor as configurações de arranjos domiciliares encontradas no Estado de São Paulo em 2006 conforme cada uma dessas pesquisas.

Em relação ao estudo dos domicílios, existe uma distinção entre unidade de residência e unidade doméstica, que nem sempre é levada em conta nas coletas de dados domiciliares. Uma unidade doméstica é caracterizada por um grupo de pessoas que moram juntas em uma unidade de residência e compartilham um único orçamento, definido basicamente pela partilha das despesas com alimentos (BILAC, 2003).

Uma definição de domicílio recomendada pela ONU classifica os domicílios em unipessoais e multipessoais em termos da existência de unidade doméstica. Assim, os domicílios unipessoais são formados por um único membro que viabiliza a provisão de alimentos e outros bens essenciais, enquanto os multipessoais são formados por duas ou mais pessoas que compartilham a provisão desses bens (KEILMAN, 1995).

No Brasil, tanto a PNAD quanto a PCV adotam uma definição de domicílio como unidade de residência. A PNAD informa que “a pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos)” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 11). O domicílio é conceituado como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Os domicílios classificados como particulares são os destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Os domicílios coletivos são os destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas, tais como “os destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras”

(FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 12). Dessa forma, a definição de domicílio não leva em conta o compartilhamento de um orçamento comum por parte dos moradores, mas somente a característica de ser uma unidade de residência.

A PCV investiga a população residente em domicílios particulares permanentes, definidos como “o local de moradia, constituído por um ou mais cômodos, com entrada independente e separação. Entende-se por entrada independente o acesso direto à moradia, sem passagem por cômodos destinados à moradia de outras pessoas, e, por separação, o local de moradia que é limitado por paredes, muro, cerca etc., além de ser coberto por um teto, o que permite às famílias ou às pessoas que o habitam isolarem-se das demais” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a: p. 7). Essa definição inclui também cortiços, pensões e hotéis (desde que tenham moradores que residam de forma permanente). Assim, tal como a PNAD, a PCV identifica o domicílio com a unidade de residência.

Em relação ao estudo das famílias, o dicionário de variáveis da PNAD define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 22). Entende-se “por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 22).

Quando há mais de uma família em um domicílio, essas famílias são chamadas de “famílias conviventes” pela PNAD. Em um mesmo domicílio, as famílias conviventes são constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma. Uma delas é a família do chefe do domicílio, que também é o chefe dessa família, identificada como a primeira família (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a). Além disso, uma regra básica de identificação de famílias em um domicílio pela PNAD é a de que uma família pode possuir somente um casal, de modo que a presença de dois ou mais casais implica a existência de famílias adicionais (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002).

Segundo Bilac (2003), citando FUNDAÇÃO IBGE (1990), as famílias conviventes na PNAD podem ser: pai e filho com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; irmãos com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; parentes com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; patrões e empregados com suas respectivas

famílias no mesmo domicílio; e amigos ou colegas com suas respectivas famílias no mesmo domicílio.

A PCV define família como o “conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consangüinidade, adoção ou afinidade), assim como a pessoa que vive só” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006: p. 7). Assim, o conceito de família da PCV é dirigido para as relações de parentesco dos moradores do domicílio, sem considerar a existência de dependência doméstica ou de normas de convivência. Contudo, em alguns casos, os pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico que moram no domicílio podem ser incluídos como membros da família principal de um arranjo domiciliar, o que é discutido mais adiante.

Conforme o manual do entrevistador da PCV, a pesquisa identifica uma ou mais famílias em um domicílio a partir de um critério fundamentado no tipo de relação intrafamiliar existente entre os moradores: relações nucleares, relações primárias e relações secundárias. Primeiramente, é identificada a existência de uma relação nuclear ou núcleo familiar, isto é, um casal. A relação nuclear define imediatamente a presença de uma família no domicílio pesquisado. As relações primárias se referem a pai, filho, irmão, neto, etc. do chefe do domicílio e as secundárias a outros parentes do chefe tais como tio, sobrinho e primo. A ocorrência destes dois tipos de relações pode definir a presença de famílias adicionais no domicílio (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Quando há mais de uma família no domicílio, o entrevistador distingue a família principal das famílias secundárias, sendo que é considerada como principal a família cujo chefe for, ao mesmo tempo, chefe do domicílio. Dessa forma, o manual do entrevistador da PCV (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b) exemplifica algumas situações de arranjos domiciliares:

- pai, mãe, filha e marido: duas famílias (duas relações nucleares);
- pai, mãe, filha e neto: uma família (só uma relação nuclear);
- pai, mãe, filha e neto, sobrinho: uma família (o sobrinho integra-se à família por sua relação secundária com os demais);
- pai, mãe, filha e neto, sobrinho, filho do sobrinho: duas famílias (a segunda é constituída pelo sobrinho e seu filho, que têm entre si uma relação primária);
- pai, filha e neto, filho e esposa: uma família (uma relação nuclear; pai e filha têm com o filho uma relação primária, sendo todos integrantes de uma mesma família);
- pai, mãe, filho e esposa, sobrinho e filho do sobrinho: três famílias (o sobrinho e o filho têm relação primária entre si e secundária com os demais membros);

- pai, mãe, filho, agregado ou pensionista: uma família (se o agregado ou pensionista não possuir uma relação nuclear, primária ou secundária com outro morador do domicílio);

- pai, mãe, filho, agregado ou pensionista e filho: duas famílias;

- indivíduos sem relação de parentesco: cada indivíduo uma família.

Assim, a PNAD e a PCV possuem formas distintas de identificação de famílias e relações de parentesco em um arranjo domiciliar. Ao contar o número de famílias em um domicílio, a PNAD atribui importância maior à presença de núcleos reprodutivos do que a PCV. Diferentemente, a PCV prioriza a relação nuclear ou de aliança (ou seja, uma relação de casal) sobre a relação de descendência na contagem de famílias, o que provoca diferentes configurações para os arranjos domiciliares em cada uma dessas coletas, como veremos adiante.

Um conhecido exemplo de presença de famílias secundárias em um domicílio (ou famílias conviventes conforme a PNAD) é aquele com mãe adolescente sem cônjuge que vive com os pais. A PCV consideraria a existência de uma única família, em que a filha (sem cônjuge) do chefe do domicílio possui um filho, classificado como neto do chefe. Assim, a PCV considera que esse grupo domiciliar corresponde a uma família ampliada (neste caso, um arranjo biparental com parentes). Diferentemente, a PNAD consideraria a existência de duas famílias conviventes com relação de parentesco em um domicílio: a primeira família do chefe do domicílio – casal com filhos – e a segunda família formada pela mãe e seu filho – chefe com filhos – devido à existência de dois núcleos de reprodução (BILAC, 2003).

## **2.2 Identificação das relações de parentesco em um arranjo domiciliar**

A caracterização das relações entre os moradores de um domicílio nas pesquisas amostrais em estudo está intrinsecamente relacionada à identificação da chefia da família e do domicílio. Desse modo, é preciso discutir algumas questões relativas ao conceito de chefia e ao histórico da coleta de dados sobre a condição dos moradores na família e no domicílio na PNAD e na PCV.

A PNAD nas décadas de 1970 e 1980 já investigava a condição dos moradores na família e no domicílio e, especificamente, quem era o chefe (da família e do domicílio). Em 1992, o termo “chefe” foi substituído por “pessoa de referência” da família ou da unidade domiciliar. Desde então, a pessoa de referência é entendida como a pessoa (homem ou mulher) que é a principal responsável (pela família ou pelo domicílio). Essa

terminologia também foi adotada pelo Censo em 2000 (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002).

A PCV, desde a sua primeira edição de 1990, investiga os moradores e a sua condição na família e no domicílio. A chefia familiar e domiciliar é identificada pelo termo “chefe” em todos os levantamentos realizados (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em 2006, a PCV pergunta quem é o chefe (do domicílio e da família), enquanto a PNAD questiona quem é a pessoa de referência (do domicílio e da família). Em ambas as pesquisas a condição dos moradores é *declarada* pelo informante. Existe, portanto, um aspecto subjetivo da atribuição da chefia tanto na PNAD quanto na PCV, isto é, que depende da opinião do informante da pesquisa. Segundo Medeiros, Osorio e Varella (2002), o entendimento sobre quem seria o principal responsável pelo domicílio não seria exato, pois o morador entrevistado pode entender que a responsabilidade se refere à provisão de renda ou à manutenção da residência, isto é, ao cuidado com os membros residentes. Mais adiante, essa questão será vista na análise da classificação dos arranjos domiciliares.

O dicionário de variáveis da PNAD diz que, dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge. A pessoa de referência é entendida como a pessoa (homem ou mulher) que é a principal responsável (pela família ou pelo domicílio). Conforme o questionário de 2006, para se identificar a pessoa de referência do domicílio, o entrevistador realiza duas perguntas ao informante da pesquisa: “Quantas pessoas moram neste domicílio?” e “Qual é o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?”. Em seguida, o informante declara ao entrevistador quem são os moradores do domicílio e a sua relação com a pessoa de referência do domicílio e da família a qual pertence (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Segundo o dicionário de variáveis da PCV 2006, verifica-se, para cada indivíduo, a sua relação com o chefe do respectivo domicílio e da respectiva família. O chefe do domicílio (ou da família) é o morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o principal responsável pelo domicílio (ou pela família). O questionário exige que a caracterização dos moradores seja feita pelo chefe ou seu cônjuge. Além disso, as informações domiciliares devem ser respondidas pelo chefe do domicílio ou seu cônjuge e as familiares pelo chefe de cada família ou seu cônjuge (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Somente em último caso, “na impossibilidade de encontrar o chefe do domicílio, da família ou seu respectivo cônjuge para prestar as informações requeridas

nas diferentes partes do questionário em que o mesmo deve ser o informante”, a entrevista pode ser feita com um morador do domicílio ou membro da família maior de idade, conforme esclarece o Manual do Entrevistador (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Em relação ao parentesco, a PNAD apresenta oito possíveis condições dos moradores na unidade domiciliar e na família: (a) pessoa de referência; (b) cônjuge: a pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial; (c) filho: aquele que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge; (d) outro parente: aquele que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge; (e) agregado: a pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação; (f) pensionista: a pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação; (g) empregado doméstico: a pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou (h) parente do empregado doméstico: a pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família). O questionário também averigua se cada morador possui mãe viva e se reside no domicílio, perguntando o seu número de ordem (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

A classificação da condição dos moradores na unidade domiciliar e na família na PCV envolve uma descrição mais desagregada dos laços de parentesco do que a encontrada na PNAD: (1) chefe: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pela família; (2) cônjuge: morador que vive conjugalmente com o chefe da família, independentemente do reconhecimento legal deste vínculo; (3) filho ou enteado: morador(a) filho(a), filho(a) adotivo(a) ou de criação do chefe ou do seu cônjuge; (4) moradores com algum laço de parentesco com o chefe ou seu cônjuge, cuja condição é identificada como neto, sobrinho do chefe, sobrinho do cônjuge, pai/mãe, sogro, irmão, cunhado, genro/nora, avô, tio ou outro parente; (5) não parente: morador, normalmente identificado como agregado, que não é parente do chefe ou do seu cônjuge e que não paga pensão; (6) pensionista: morador não parente que paga hospedagem; (7) empregado doméstico: a pessoa que prestava serviço doméstico remunerado à família do chefe e dorme no domicílio; ou (8) parente do empregado doméstico: aquele que tem

laços de parentesco com o empregado doméstico e reside no domicílio, embora não preste serviço à família (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Os efeitos das diferentes formas de identificar relações de parentesco e de contabilizar famílias em um domicílio podem ser observados por meio da aplicação de uma classificação de arranjos domiciliares às bases de dados da PNAD e da PCV.

### **2.3 Classificação de arranjos domiciliares**

A discussão sobre a caracterização dos arranjos domiciliares paulistas em 2006 nas fontes de dados selecionadas para análise da pobreza é feita por meio do estudo da composição domiciliar e do ciclo de vida, a partir da classificação de Bilac (2003).

A classificação de arranjos domiciliares apresenta nove configurações em termos da posição do morador no domicílio: (a) pessoa sozinha: domicílio onde se encontra somente a pessoa de referência (ou chefe, em termos da PCV); (b) só casal: pessoa de referência e cônjuge; (c) casal e filhos: pessoa de referência, cônjuge e filho (s); (d) monoparental: pessoa de referência e filho (s); (e) monoparental e parentes: pessoa de referência, filho (s) e outros parentes; (f) biparental e parentes: pessoa de referência, cônjuge, filho (s) e outros parentes; (g) outros arranjos com parentes: casal com parentes, pessoa de referência e outros parentes e demais arranjos com parentes e não parentes; (h) núcleos aparentados: domicílio com mais de uma família no qual existe relação de parentesco entre as famílias conviventes conforme a PNAD ou, em termos da PCV, se há relação de parentesco de pelo menos uma das famílias secundárias com a principal; (i) arranjos com não parentes: domicílio com mais de uma família sem relação de parentesco entre elas.

Assim, os sete primeiros arranjos envolvem a presença de uma única família residente no domicílio, enquanto os núcleos aparentados e os arranjos com não parentes se referem aos domicílios com mais de uma família (BILAC, 2003).

Essa classificação permite caracterizar alguns aspectos da organização domiciliar relativos à quantificação dos arranjos familiares, à chefia domiciliar e a presença das famílias conviventes em um domicílio.

Segundo Bilac (2003), a PNAD e a PCV possuem discrepâncias importantes em relação às formas específicas de contagem das famílias em um domicílio, o que produz variações na distribuição dos arranjos domiciliares ampliados. Em particular, os arranjos monoparentais e os biparentais com parentes seriam subestimados na PNAD devido à maior proporção de domicílios com núcleos aparentados, ocorrendo o inverso na PCV.

Como vimos anteriormente, em termos sociológicos, os domicílios com mais de uma família na maioria dos casos seriam uma única família ampliada e de estrutura mais complexa. Essa hipótese é corroborada pela análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) que aponta ser pouco frequente no Brasil a convivência de núcleos familiares em um domicílio sem compartilhamento do orçamento doméstico (BILAC, 2003).

Nesse sentido, coloca-se a questão sobre quais seriam os impactos das diferenças metodológicas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio sobre a análise da pobreza feita por meio das informações da PNAD e da PCV.

A análise da relação família-pobreza realizada por Aparicio (2012) se aplica a um conjunto de arranjos domiciliares definidos por meio de uma linha de pobreza aplicada aos dados da PNAD e da PCV para o Estado de São Paulo (Brasil) em 2006. Assim, os arranjos domiciliares pobres são aqueles com rendimento nominal mensal *per capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, conforme metodologias similares adotadas por Lopes, Macedo e Machado (2003), Hoffmann e Kageyama (2006) e IPEA (2010a).

### **3. Resultados**

A classificação dos arranjos domiciliares permite caracterizar alguns aspectos da organização domiciliar relativos à existência de conjugalidade ou monoparentalidade, de isolamento ou ampliação e de presença ou ausência de prole residente. A tabela 1 apresenta a classificação de todos os arranjos domiciliares e a tabela 2 apresenta a mesma classificação somente entre os domicílios pobres.

A maioria dos arranjos domiciliares é formada por pessoas que mantêm relações de parentesco entre si (tabela 1). Esse resultado é observado também entre os domicílios pobres (tabela 2). A ocorrência de arranjos domiciliares formados por dois ou mais grupos de pessoas sem relação de parentesco é insignificante em termos estatísticos. Além disso, os dados de condição dos moradores no domicílio da PNAD e da PCV mostram que é quase nula a presença de “agregados”, “pensionistas”, “empregados domésticos”, “parentes do empregado doméstico” e “outros” nos arranjos domiciliares paulistas.

A caracterização da chefia domiciliar<sup>4</sup> segundo a classificação dos arranjos domiciliares mostra a predominância de pessoas de referência ou chefe do sexo masculino no total dos domicílios, o que também ocorre entre os pobres. Assim, apesar

---

<sup>4</sup> Adota-se aqui o termo “chefia domiciliar” para homogeneizar a análise dos dados da PNAD e da PCV.

das formas diferentes de investigação da chefia (pessoa de referência pela PNAD e chefe pela PCV), os volumes observados de chefia masculina e feminina para o total dos domicílios são praticamente os mesmos.

Os arranjos biparentais e os casais sem filhos são preponderantemente de chefia masculina. Diferentemente, os arranjos monoparentais são majoritariamente chefiados por mulheres. Não se observa uma variação significativa dos resultados para os domicílios pobres, de modo que a pobreza não necessariamente está associada ao tipo de chefia dos arranjos domiciliares.

**TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR E SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoa sozinha	5,8	6,5	12,3	5,9	7,7	13,7
Só casal	12,1	1,1	13,2	12,5	0,6	13,1
Casal e filhos	41,9	3,5	45,4	40,7	1,7	42,4
Monoparental	1,3	10,1	11,4	1,3	11,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	2,4	2,7	0,5	4,9	5,4
Biparental e parentes	3,2	0,4	3,6	5,4	0,3	5,7
Outros arranjos com parentes	3,1	2,4	5,5	3,2	2,1	5,4
Núcleos aparentados	3,5	2,3	5,8	1,1	...	1,3
Arranjos com não parentes	...	...	...	...	...	...
<b>TOTAL</b>	<b>71,2</b>	<b>28,8</b>	<b>100,0</b>	<b>70,7</b>	<b>29,3</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Um resultado importante é a maior presença de arranjos domiciliares com pessoas na condição de filhos entre os domicílios pobres (tabela 2), isto é, casal e filhos, arranjos biparentais com parentes, monoparentais, monoparentais com parentes e núcleos aparentados. Esses arranjos domiciliares, cujo núcleo é composto por um casal e filhos ou um dos pais e filhos, respondem por cerca de dois terços dos domicílios. Contudo, entre os domicílios pobres essa proporção aumenta para mais de 85,0%. Esse resultado confirma que a presença de pessoas na condição de filhos nos domicílios pobres pode aumentar as necessidades de recursos econômicos para a manutenção das funções domésticas, tais como os serviços de saúde, educação e outros relacionados ao cuidado de crianças e adolescentes.

**TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES SEGUNDO TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR E SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoa sozinha	2,7	...	4,5	1,9	2,7	4,6
Só casal	4,6	...	5,0	5,9	...	6,1
Casal e filhos	48,7	5,3	53,9	46,7	2,4	49,2
Monoparental	...	14,6	15,8	...	19,4	20,7
Monoparental e parentes	...	4,3	4,6	...	6,8	7,2
Biparental e parentes	3,2	...	3,8	6,3	...	7,0
Outros arranjos com parentes	1,8	2,5	4,4	2,1	1,7	3,8
Núcleos aparentados	3,6	4,4	8,0	...	...	1,4
Arranjos com não parentes	...	...	...	...	...	...
<b>TOTAL</b>	<b>66,1</b>	<b>33,9</b>	<b>100,0</b>	<b>65,6</b>	<b>34,4</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em contrapartida, os arranjos domiciliares sem a presença de filhos possuem um menor peso entre os domicílios pobres. Enquanto os arranjos com pessoas sós e os formados somente por casais respondem por um quarto dos domicílios paulistas (tabela 1), essa proporção diminui para 10,0% entre os pobres (tabela 2).

Enquanto a PNAD registra a proporção de 5,8% de domicílios com núcleos aparentados no Estado de São Paulo, a PCV apresenta uma participação de somente 1,3% (tabela 1). Essa variação tem efeitos sobre arranjos monoparentais com parentes e biparentais com parentes. Entre os pobres (tabela 2), é ainda maior a presença de núcleos aparentados na PNAD (8,0%) em comparação com a PCV (1,4%).

Em termos das relações de parentesco dentro dos núcleos aparentados (tabela 3), verifica-se para as famílias adicionais que a PNAD registra cerca de 70,0% de famílias cujo chefe é filho do chefe do domicílio, enquanto essa proporção se reduz para aproximadamente 50,0% na PCV. Nos demais casos, o chefe da família adicional ocupa a posição de outros parentes em relação ao chefe do domicílio. Isso parece confirmar a hipótese de que essas famílias adicionais constituiriam basicamente núcleos de reprodução aparentados integrando, portanto, um arranjo domiciliar complexo. Na PCV uma parte desses arranjos familiares adicionais seria incorporada à família da pessoa de

referência do domicílio. Assim, há uma menor presença de núcleos aparentados na PCV em comparação com a PNAD.

**TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE REFERÊNCIA DAS FAMÍLIAS ADICIONAIS DOS NÚCLEOS APARENTADOS, SEGUNDO RELAÇÃO DE PARENTESCO COM A PESSOA DE REFERÊNCIA DO DOMICÍLIO NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

RELAÇÃO COM A PESSOA DE REFERÊNCIA DO DOMICÍLIO	Em %	
	PNAD	PCV
Filho	71,1	51,1
Outro parente	28,9	48,9
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor.

Em ambas as pesquisas, há uma maior presença de arranjos domiciliares ampliados com núcleos de reprodução – isto é, arranjos biparentais com parentes, monoparentais com parentes e núcleos aparentados – entre os domicílios pobres no Estado, o que constitui um resultado consistente com a literatura sobre as estratégias familiares como uma resposta às diversas privações enfrentadas pelas pessoas. Enquanto os arranjos ampliados com núcleos de reprodução respondem por 12,0% dos domicílios (tabela 1), entre os pobres a proporção é de cerca de 16,0% tanto na PNAD quanto na PCV (tabela 2).

No entanto, uma desagregação dos arranjos domiciliares ampliados mostra diferentes resultados nessas fontes de dados. Segundo os dados da PNAD, os núcleos aparentados constituem 8,0% dos arranjos domiciliares pobres e os biparentais e monoparentais com parentes em conjunto respondem por 8,4%. Entretanto, pela PCV os núcleos aparentados se restringem a 1,4% dos arranjos domiciliares pobres e os biparentais e monoparentais com parentes em conjunto respondem por 14,1%. Assim, as variações nos resultados de volumes de núcleos aparentados na PNAD e na PCV – decorrentes das diferentes formas de contagem de famílias por domicílio – têm efeito sobre a composição interna dos arranjos ampliados pobres.

A tabela 4 descreve a distribuição do conjunto dos arranjos domiciliares em termos do grupo etário da pessoa de referência como *proxy* do ciclo de vida familiar e a tabela 5 apresenta essa distribuição entre os domicílios pobres.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO GRUPO ETÁRIO E SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

GRUPO ETÁRIO	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
De 15 a 34 anos	17,7	4,8	22,5	18,8	4,7	23,5
De 35 a 49 anos	26,7	9,7	36,4	26,0	9,2	35,2
De 50 a 64 anos	18,2	8,0	26,2	16,8	8,2	24,9
65 anos ou mais	8,5	6,3	14,8	9,2	7,2	16,4
TOTAL	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Em ambas as pesquisas, a maior parte dos arranjos domiciliares possui pessoas de referência dos grupos etários de 35 a 49 anos e de 50 a 64 anos, que em conjunto respondem por 62,6% do total pela PNAD e 60,1% pela PCV (tabela 4). Entre os domicílios pobres, constata-se certo rejuvenescimento, pois existe uma maior presença dos arranjos com pessoas de referência de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, que correspondem a 76,3% desses domicílios pela PNAD e 73,8% pela PCV (tabela 5).

Os arranjos domiciliares em que a pessoa de referência possui de 15 a 34 anos – que estariam em fase de expansão quanto ao ciclo de vida – representam um pouco acima de 20,0% do total dos domicílios na PNAD e na PCV (tabela 4). Contudo, essa proporção se amplia para quase um terço do total de domicílios classificados como pobres (tabela 5).

Verifica-se que os arranjos domiciliares com pessoa de referência de 35 a 49 anos – que estariam em fase de consolidação – representam 36,4% pela PNAD e 35,2% pela PCV do total de domicílios, constituindo o principal grupo etário no Estado de São Paulo (tabela 4). Esse nível de ocorrência é ainda maior entre os domicílios pobres: 44,0% na PNAD e 41,1% na PCV (tabela 5).

À medida que as pessoas de referência dos arranjos tornam-se mais idosas, diminui sensivelmente a sua importância entre os domicílios pobres. Os arranjos chefiados por pessoas de referência com 65 anos ou mais – que possivelmente estão na fase de dispersão – registram a menor participação entre os domicílios pobres, em ambas as pesquisas. Segundo a PNAD, enquanto quase 15,0% do total de domicílios possuem chefes com essa faixa etária, entre os pobres essa proporção diminui para 5,7%. Os resultados da PCV são similares: 16,4% do total de domicílios e 7,8% entre os

domicílios pobres. Esses resultados estão de acordo com a bibliografia que indica a crescente contribuição dos idosos para a provisão da renda domiciliar na década de 2000, com efeitos em termos de redução da pobreza.

**TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES SEGUNDO GRUPO ETÁRIO E SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

GRUPO ETÁRIO	SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
De 15 a 34 anos	23,0	9,3	32,4	23,5	9,2	32,7
De 35 a 49 anos	29,1	14,9	44,0	27,1	14,0	41,1
De 50 a 64 anos	10,9	7,2	18,0	10,6	7,8	18,4
65 anos ou mais	3,1	2,6	5,7	4,4	3,4	7,8
<b>TOTAL</b>	<b>66,1</b>	<b>33,9</b>	<b>100,0</b>	<b>65,6</b>	<b>34,4</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A fim de aprofundar a análise da composição dos arranjos domiciliares, examina-se a sua classificação em termos do ciclo de vida. Isso é feito, primeiramente, pela análise da distribuição dos arranjos domiciliares por faixa etária da pessoa de referência para o total dos domicílios (tabela 6) e entre os domicílios pobres (tabela 7).

Os arranjos com pessoas na condição de filhos e pessoas de referência dos grupos etários de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos representam cerca de 45,0% do total dos domicílios em ambas as pesquisas (tabela 6). Contudo, tais arranjos respondem por mais de dois terços do total de domicílios pobres (tabela 7).

Os arranjos com casal e filhos constituem o arranjo mais frequente entre os domicílios pobres. Enquanto mais de 10,0% desses arranjos possuem pessoa de referência de 15 a 34 anos (tabela 6), entre os pobres essa proporção aumenta para cerca de 20,0% (tabela 7). O grupo de arranjos com pessoas de referência de 35 a 49 anos representa cerca de 25,0% do total de arranjos domiciliares pobres, acima da participação verificada para o conjunto dos domicílios (em torno de 20,0%).

**TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR E GRUPO ETÁRIO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	GRUPO ETÁRIO									
	PNAD					PCV				
	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total
Pessoa sozinha	2,1	3,0	3,2	4,0	12,3	2,2	3,1	3,2	5,2	13,7
Só casal	3,8	2,5	3,4	3,6	13,2	3,3	2,1	3,8	3,9	13,1
Casal e filhos	11,9	20,8	10,6	2,2	45,4	12,7	19,2	8,3	2,1	42,4
Monoparental	1,6	4,7	3,3	1,9	11,4	2,2	5,4	3,7	1,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	0,8	1,0	0,7	2,7	0,3	1,8	1,9	1,3	5,4
Biparental e parentes	0,9	1,6	0,9	0,2	3,6	1,1	1,9	2,0	0,8	5,7
Outros arranjos com parentes	1,5	1,2	1,5	1,2	5,5	1,4	1,3	1,5	1,2	5,4
Núcleos aparentados	0,4	1,8	2,5	1,1	5,8	...	0,4	0,5	0,2	1,3
Arranjos com não parentes	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
<b>TOTAL</b>	<b>22,5</b>	<b>36,4</b>	<b>26,2</b>	<b>14,8</b>	<b>100,0</b>	<b>23,5</b>	<b>35,2</b>	<b>24,9</b>	<b>16,4</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Assim, entre os domicílios pobres nota-se uma sobre-representação dos casais e filhos que estariam em fase de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida. Diferentemente, o volume de tais arranjos com pessoa de referência de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais está sub-representado entre os domicílios pobres.

O arranjo monoparental é o segundo mais frequente entre os domicílios pobres (tabela 7). Observa-se que a maior sobre-representação de domicílios pobres ocorre para os arranjos com pessoa de referência de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, isto é, aqueles que estariam em fase de expansão e consolidação. Verifica-se uma pequena sub-representação para os arranjos com pessoa de referência de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais.

Em menor proporção entre os domicílios pobres, os arranjos domiciliares formados por casal sem filhos são predominantemente compostos por pessoas de referência com 50 anos ou mais. Nota-se que as pessoas de referência dos casais sem filhos pertencem às duas faixas etárias mais idosas e estariam mais relacionados ao estágio de dispersão do ciclo de vida familiar. Isso também parece ocorrer em uma parte dos arranjos unipessoais, o que pode envolver a presença de viúvos ou viúvas (tabela 7).

Portanto, os resultados confirmam a hipótese de que a pobreza tende a ser maior em certos tipos de arranjos domiciliares, de modo particular naqueles com pessoas de

referência de grupos etários mais jovens, nas etapas de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida e com pessoas na condição de filhos.

**TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POBRES SEGUNDO TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR E GRUPO ETÁRIO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

TIPO DE ARRANJO DOMICILIAR	GRUPO ETÁRIO									
	PNAD					PCV				
	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total
Pessoa sozinha	1,0	1,6	1,7	...	4,5	...	1,3	1,4	1,2	4,6
Só casal	...	...	2,2	1,4	5,0	...	...	2,1	2,3	6,1
Casal e filhos	21,6	26,5	5,1	...	53,9	20,4	23,2	5,1	...	49,2
Monoparental	4,4	7,8	2,6	...	15,8	6,9	9,6	3,3	0,9	20,7
Monoparental e parentes	...	1,7	1,3	...	4,6	...	2,7	2,6	1,1	7,2
Biparental e parentes	1,6	1,5	...	...	3,8	2,0	2,6	1,8	...	7,0
Outros arranjos com parentes	...	...	1,7	...	4,4	...	...	1,4	...	3,8
Núcleos aparentados	...	3,4	2,8	...	8,0	...	...	...	...	1,4
Arranjos com não parentes	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
<b>TOTAL</b>	<b>32,4</b>	<b>44,0</b>	<b>18,0</b>	<b>5,7</b>	<b>100,0</b>	<b>32,7</b>	<b>41,1</b>	<b>18,4</b>	<b>7,8</b>	<b>100,0</b>

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Conforme Montali e Tavares (2008), os arranjos formados por casal e filhos em suas fases de expansão e consolidação e os arranjos monoparentais com chefia feminina foram considerados os mais vulneráveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas brasileiras na década de 2000. De modo semelhante, os resultados desta análise para o Estado de São Paulo em 2006 mostram que, entre os domicílios pobres, constata-se uma importante sobre-representação dos arranjos com casal e filhos e dos monoparentais com pessoa de referência das faixas etárias mais jovens ou que estariam em suas fases de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida.

**TABELA 8 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO SEGUNDO A PNAD NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

Em %

CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Filhos	86,2	69,0
Filhos de 0 a 6 anos	43,0	20,8
Filhos de 7 a 14 anos	54,2	28,1
Filhos de 15 a 17 anos	20,0	13,0
Filhos de 18 e mais	24,8	33,6

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Em outra possibilidade de análise do ciclo de vida, verifica-se também a maior ocorrência de crianças e adolescentes entre os domicílios pobres (tabelas 8 e 9).

Observa-se, em ambas as pesquisas, uma proporção duas vezes maior de filhos das faixas de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos nos domicílios pobres em relação ao total, o que corresponderia aos arranjos biparentais e monoparentais em fase de expansão e consolidação. Há também um maior peso para os filhos jovens de 15 a 17 anos entre os domicílios pobres. Diferentemente, existe uma menor ocorrência de filhos de 18 anos e mais entre os domicílios pobres em comparação com o total.

**TABELA 9 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO SEGUNDO A PCV NO ESTADO DE SÃO PAULO -2006**

CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	Em %	
	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Filhos	85,8	68,6
Filhos de 0 a 6 anos	42,6	21,7
Filhos de 7 a 14 anos	52,7	27,5
Filhos de 15 a 17 anos	21,4	14,0
Filhos de 18 e mais	24,1	33,1

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

De acordo com a bibliografia discutida na introdução, uma parte importante dos esforços dos arranjos domiciliares pobres é dirigida para os serviços de cuidado das pessoas dependentes, que podem ser mais custosos conforme algumas heterogeneidades pessoais. De fato, os resultados confirmam que isso ocorre nos domicílios com filhos, principalmente naqueles com crianças e adolescentes até 14 anos. Torna-se necessário verificar se isso ocorreria também nos domicílios com pessoas idosas e naqueles com pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nota-se uma clara diferença em relação aos idosos. Verifica-se uma sub-representação de idosos entre os domicílios pobres no Estado de São Paulo, em ambas as pesquisas (tabela 10). Desde a década de 1990 observa-se a ampliação da cobertura do sistema de seguridade social no país. Um dos principais efeitos dessa política social é a redução da pobreza para os arranjos domiciliares com pessoas idosas. Além disso, é crescente a participação da população idosa no mercado de trabalho, o que permite que os idosos contribuam ainda mais para a provisão de renda nos arranjos domiciliares.

**TABELA 10 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SEGUNDO PRESENÇA DE INDIVÍDUOS SELECIONADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 2006**

CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO	PNAD		PCV	
	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS POBRES	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Idosos	8,0	19,1	10,1	20,6
Filhos	86,2	69,0	85,8	68,6
Portadores de necessidades especiais	(1)	(1)	10,2	6,7

FONTE: FUNDAÇÃO SEADE - PCV 2006; FUNDAÇÃO IBGE - PNAD 2006

NOTAS: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Informação não investigada pela PNAD 2006.

Finalmente, há uma maior presença de pessoas portadoras de necessidades especiais entre os domicílios pobres (10,2%) em relação ao total (6,7%) no Estado (tabela 10). Em um estudo da PCV feito por FUNDAÇÃO SEADE (2008), constata-se que os arranjos domiciliares pobres com pessoas portadoras de necessidades especiais possuem predominantemente as seguintes características: renda *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, presença de crianças e adolescentes menores de 18 anos e moradia com insuficiência de espaço físico.

No entanto, não se pode afirmar que o fato de um arranjo domiciliar ter crianças e adolescentes, idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais seja a única ou a principal causa da pobreza. Há também causas associadas a diversas formas de privação de capacidades que afetam a vida dos membros dos arranjos domiciliares pobres (APARICIO, 2012).

A análise da pobreza em termos da segurança protetora confirma a existência de inserção precária no mercado de trabalho e limitada cobertura dos programas governamentais de proteção social. Adicionalmente, constata-se uma maior proporção de moradias com necessidades habitacionais para os arranjos domiciliares com presença de filhos e para aqueles com pessoa de referência até 29 anos (APARICIO, 2012).

Há um menor nível de participação e um maior nível de desemprego entre os membros dos domicílios pobres, em ambas as pesquisas. Essa situação pode representar uma importante falta de proteção social para os membros dos arranjos domiciliares pobres, o que tende a ser agravado pelas características dos seus instrumentos econômicos e da sua composição domiciliar. De fato, o rendimento *per capita* médio dos arranjos domiciliares pobres biparentais e monoparentais é extremamente baixo e, por conseguinte, insuficiente para cobrir os gastos do orçamento doméstico. Esses

arranjos possuem pessoa de referência e/ou cônjuge jovem e não contam com o rendimento de pensões e aposentadorias, dependendo diretamente da renda do trabalho e da ajuda de redes sociais de solidariedade e dos programas de transferência de renda (APARICIO, 2012).

As redes sociais de solidariedade também atuam como instrumentos de segurança protetora. A PCV investiga a existência de participação em redes de apoio à vizinhança, por meio de favores tais como empréstimos de alimentos e mantimentos, dinheiro, utensílios ou equipamentos domésticos, ajuda em reformas e construções e cuidado de crianças, idosos ou doentes. Segundo Aparicio (2012), os resultados dessa pesquisa confirmam que há um maior nível de participação em redes de apoio à vizinhança nos arranjos domiciliares pobres (42,1%) em relação ao conjunto dos arranjos domiciliares (25,1%).

Outra capacidade relevante é o conjunto de oportunidades sociais, isto é, as possibilidades de acesso a serviços públicos e equipamentos de educação, saúde, lazer e cultura que ampliam o capital social e contribuem para o exercício da condição de agente (SEN, 2000). Conforme Aparicio (2012), há reduzidos níveis de escolaridade para as pessoas de referência e os jovens de 18 a 24 anos dos arranjos domiciliares pobres em relação ao total, o que indica sérias dificuldades para a inserção no mercado de trabalho e a mobilidade social. Além disso, a análise das oportunidades sociais com dados da PCV mostra que os equipamentos comunitários de esporte, lazer e cultura são mais escassos entre os domicílios pobres em comparação com o conjunto dos domicílios no Estado de São Paulo (APARICIO, 2012).

#### **4. Considerações finais**

A discussão dos resultados da análise da pobreza reafirma a necessidade de se levar em consideração as características da organização domiciliar associadas a privações de capacidades no estudo da pobreza e na elaboração das políticas sociais de combate à pobreza.

Assim, verifica-se uma importante sobre-representação de pessoas na condição de filhos entre os arranjos domiciliares pobres no Estado de São Paulo em 2006. Enquanto esses arranjos respondem por cerca de dois terços dos domicílios, entre os pobres tais arranjos representam em torno de 85,0% dos domicílios pobres. Os menores níveis de rendimento domiciliar per capita médio são registrados para os arranjos com filhos.

Também chama a atenção a sobre-representação de pessoas portadoras de necessidades especiais entre os domicílios pobres em comparação com o total de domicílios. Diferentemente, os idosos se encontram sub-representados nos arranjos domiciliares pobres.

A presença de pessoas na condição de filhos, portadoras de necessidades especiais ou idosos entre os domicílios pobres indica variações na relação entre recursos econômicos, bem-estar e liberdade. O custo de manutenção das funções domésticas de saúde, educação, lazer e alimentação nesses domicílios parece ser impactado por tais características de composição domiciliar.

Em ambas as pesquisas, a análise da classificação dos arranjos domiciliares confirma uma sobre-representação de arranjos ampliados entre os domicílios pobres. Além disso, as diferenças metodológicas das pesquisas em termos de contagem de famílias em um domicílio têm efeitos sobre a composição interna de tais arranjos.

No entanto, a sobre-representação entre os domicílios pobres é ainda maior para os arranjos biparentais e monoparentais isolados em comparação com os ampliados, o que confirma a maior vulnerabilidade ao empobrecimento desses arranjos no Estado, de modo semelhante ao que indica a literatura estudada sobre família e pobreza para as regiões metropolitanas brasileiras. Para esses arranjos, a maior parte das pessoas de referência pertence a grupos etários mais jovens, isto é, de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, ou seja, estariam em fase de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida.

A ação governamental de combate à pobreza apresenta limitações significativas no Estado, visto que são observadas lacunas em termos de segurança protetora e das oportunidades sociais.

Pode-se dizer que a PNAD e a PCV mostram-se úteis para o estudo da organização domiciliar integrado a uma análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. Ainda que não esgotem as diversas privações que podem ser vivenciadas pelas pessoas pobres, tais pesquisas permitem uma análise que aponta traços importantes da relação família-pobreza.

## **Referências bibliográficas**

APARICIO, C. A. P. **Família e pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”**: uma análise dos dados da PNAD e da PCV 2006. Dissertação (Mestre) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica**: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. Dissertação (Mestre) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BENDER, D. R. A refinement of the concept of household: families, co-residence and domestic functions. **American Anthropologist**, Washington, v. 69, n. 5, p. 493-504, 1967.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003. Mimeografado.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assistência Social: relação de Benefícios Assistenciais. Benefício de Prestação Continuada. Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em 20 jun. 2011.

FUNDAÇÃO IBGE. **Projeção da população do Brasil - Parte 1: níveis e padrões da mortalidade no Brasil à luz dos resultados do Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO IBGE. **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006**. Rio de Janeiro, 2006a.

FUNDAÇÃO IBGE. **Questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006**. Rio de Janeiro, 2006b.

FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida de 1990**. Notas Metodológicas. São Paulo, 1992.

FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório de análise do diagnóstico das condições habitacionais de municípios com menos de 50 mil habitantes na área urbana.** São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO SEADE. **Documentação da base de dados da PCV.** São Paulo, 2006a.

FUNDAÇÃO SEADE. **Manual do Entrevistador da PCV.** São Paulo, 2006b.

FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa referente à cobertura e efetividade dos programas focalizados no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2006c.

FUNDAÇÃO SEADE. **Boletim mulher e trabalho.** São Paulo, n. 17, 2007.

FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório metodológico do Indicador de Vulnerabilidade Social das Famílias.** São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório sobre necessidades habitacionais no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2010.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação no Brasil?. In: CARAMANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, p. 211-250, 2004.

IPEA. **PNAD 2008. Primeiras análises:** demografia, trabalho e previdência. Comunicados da Presidência. IPEA, n. 31. Brasília, 2009.

IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises:** distribuição de renda entre 1995 e 2009. Comunicados do IPEA, n. 63. Brasília, 2010a.

IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises:** tendências demográficas. Comunicados do IPEA, n. 64. Brasília, 2010b.

JANNUZZI, P. de M. **Indicador de pobreza auto-declarada:** discussão e resultados para a região metropolitana em 1998. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 13, n. 2, p.41-65, 2001.

KEILMAN, N. Household Concepts and Household Definitions in Western Europe: Different Levels but Similar Trends in Households Developments. In: IMHOFF, E. et al. (Ed.). **Household demography and household modeling**. New York: Plenum Press, p. 111-135, 1995.

LOPES, H.M.; MACEDO, P.B.R.; MACHADO, A.M. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Textos para Discussão. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, n. 223, 2003.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 22, p. 47-71, 2000.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. G.; VARELLA, S. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 860, 2002.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. 244p. il.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.